



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11877 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS DO NAPNE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gilton Francisco Sousa de Andrade - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Flavia Faissal de Souza - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Giselle Coutinho Ferreira - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Raquel Amorim de Souza Cavalcante - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não há

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS DO NAPNE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo das décadas, mesmo que sob ataques atuais, um conjunto de diretrizes políticas educacionais em prol da educação das pessoas com deficiência foram propostas no Brasil. Podemos destacar alguns marcos legais que estruturam as políticas educacionais nacionais para a pessoa com deficiência, como: o artigo 208 da Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996; o Decreto 6.949 de 2009, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEEPEI) e a Lei 13.146 de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Dentre as diretrizes desses documentos, destacamos suas bases conceituais que potencializam a matrícula e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Entretanto, para além do âmbito legal, considerando principalmente as formas de organização do trabalho e os aspectos histórico-culturais que tangem à educação e o papel social da pessoa com deficiência, há inúmeros desafios para organização de ações que viabilizem o

desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Tais desafios se apresentam em diferentes aspectos, como na formação inicial e continuada de professores, nas condições orçamentárias, estrutura física e de pessoal, bem como na efetivação de políticas nacionais reguladas por princípios da educação inclusiva (KASSAR, 2011).

Assim, tendo em vista as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e outros documentos reguladores, nas Instituições Federais de Educação foi criado um serviço denominado Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), proposto pelo Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP), que tinha como intuito promover “a formação de educadores, docentes e técnicos administrativos das instituições de educação profissional” (SETEC/MEC, 2010, p.43).

O processo de implementação do NAPNE não se deu de maneira uniforme e sistemática, como almejava o Programa TEC NEP, o que ocasionou diferentes formas do funcionamento desse setor nas Instituições Federais. Por exemplo, embora a função do Educador Especial e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) estejam previstas nestes documentos, contar com esse serviço é a realidade de um número pequeno de Institutos Federais (ZERBATO, VILARONGA, SANTOS, 2021).

Diante disso, interessados em compreender como vem se desenhando a atuação dos NAPNEs em relação à escolarização do estudante com deficiência nas diferentes instituições da Rede Federal de educação profissional e tecnológica, neste primeiro momento da pesquisa, buscamos, por meio de uma revisão sistemática da literatura, recuperar e analisar as pesquisas que pesquisam a atuação dos NAPNEs em instituições da região sudeste do Brasil.

Vale ressaltar que a revisão sistemática da literatura em trabalhos acadêmicos busca disponibilizar uma síntese de evidências geradas por resultados de pesquisas científicas, mediante a aplicação de métodos explícitos e a sistematizados de busca, além da apreciação crítica e da síntese das informações selecionadas (MEDRADO; GOMES; SOBRINHO, 2014).

Como estratégia para recuperação dos documentos, foi realizada uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com a utilização do descritor ‘NAPNE’. Localizamos um total de 32 trabalhos, entretanto, com divulgação autorizada, tivemos acesso a 22 produções, sendo 20 dissertações e 2 teses. Destas, foram analisadas as 9 produções que tratavam da região sudeste.

Após o trabalho de catalogação e leitura dos trabalhos, para as análises, tomamos como ponto de partida as diretrizes políticas e cruzamos com os apontamentos recorrentes encontrados nas produções acadêmicas selecionadas. Isto posto, definimos as seguintes categorias de análise: barreiras identificadas para atuação do NAPNE e avanços no desenvolvimento dos serviços e ações relacionadas ao NAPNE.

Dentre as barreiras apontadas nos estudos, encontramos com frequência sinalizações de que, no espaço dessas instituições, é possível observar os efeitos de um estigma social (VELIHOVETCHI, 2018) que subsidia a ideia de que as pessoas com deficiência não são capazes de aprender conceitos que ancoram o currículo da educação profissional e tecnológica. Tal ideia é sustentada por uma visão capacitista em relação às pessoas com deficiência e calcada em uma perspectiva de dualidade entre a normalidade do sistema chamado regular de ensino e a anormalidade do sistema especial.

Nesta categoria, outro apontamento presente em diferentes estudos é à fragilidade das ações voltadas para o funcionamento do setor, tais como indisponibilidade orçamentária e de recursos humanos específicos, principalmente para atuação no AEE, apontado na PNEPEI como elemento central para o desenvolvimento da proposta educacional inclusiva.

Também é constante nos estudos a sinalização de entraves institucionais que precisam ser rompidos, como a permanência de barreiras arquitetônicas e atitudinais, além da desarticulação entre o NAPNE e outros setores das instituições.

Já em relação a categoria que circunscreve aos avanços no desenvolvimento dos serviços e ações relacionadas ao NAPNE, os estudos destacam que as instituições têm se mobilizado para construção de legislações internas, visando assegurar o estabelecimento de ações e protocolos de atuação desse núcleo. Além disso, os estudos apontam ainda que as equipes dos NAPNEs vêm trabalhando no enfrentamento das barreiras arquitetônicas e atitudinais, bem como para ações de formação com os professores, a aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos, e a ampliação das discussões sobre o capacitismo e a educação inclusiva.

Isto posto, podemos apontar que os NAPNEs na Rede Federal representam um passo importante para fomentar propostas de trabalhos integrados com os seus diferentes setores, de modo a possibilitar a escolarização das pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer em termos de políticas institucionais inclusivas que potencializem o direito a educação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; NAPNE; Educação inclusiva

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, jan/2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

**MEC.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional e Tecnológica: projetos e ações, 2010.

MEDRADO, G.; GOMES, V.M.; NUNES SOBRINHO, F.P. Atributos teórico-metodológicos da revisão sistemática das pesquisas empíricas em educação especial: evidências científicas na tomada de decisão sobre as melhores práticas inclusivas. In: NUNES, L.R.O.P. (Org.). **Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em educação especial.** São Carlos: Marquezine & Manzini, 2014, p. 105-126.

VELIHOVETCHI, Daphne Holzer. **(Com)Passos e (Im)Passes na Aplicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no CEFET/RJ – Campus Petrópolis.** 292 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, 2018.

ZERBATO, Ana Paula P; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. **Rev. bras. educ. especial**, Bauru, v. 27, e0196, 2021.